INVENTÁRIO E DESTINAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS CULTURAIS DA REDE FERROVIÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO: CONCEITOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS

pluris2010 - paper em avaliação

RESUMO

O Inventário pode ser entendido como um programa de pesquisa dinâmico e sistemático de conhecimento, identificação e caracterização das diversas manifestações, expressões e realizações culturais, nas esferas municipais, estaduais e federais. Configura-se como instrumento que tem como proposta a apreensão dos valores do patrimônio urbano, patrimônio cultural, patrimônio artístico, patrimônio ambiental, e tantos outros.
Em uma visão contemporânea, a paisagem onde se inserem e o processo de formação de identidades sócio-espaciais são aspectos básicos a serem categorizados no roteiro de inventário. Cabe ressaltar que as abordagens com que são realizados os inventários hoje representam um avanço com relação aos anteriores. E quais aspectos representam um avanço? Sinais de avanço estão em privilegiar a visão do conjunto urbano, enfatizar aspectos históricos, sócio-culturais e urbanísticos das áreas inventariadas, por meio de análise do processo de ocupação do bairro e identificação de grupos sociais neste processo, além da identificação das formas de apropriação dos espaços e territórios.
O aprofundamento das questões conceituais e a construção de linha metodológica para orientar a sistemática de inventariança, cadastro e de base de dados informacionais dos Bens Patrimoniais e Culturais da Rede Ferroviária no Estado de São Paulo é o objetivo de estudo a ser desenvolvido neste trabalho, como resultado parcial de projeto de pesquisa mais ampla, financiada pela FAPESP (Falcoski, 2008). A partir de primeiras análises de metodologias de inventários já reconhecidas no âmbito institucional do Patrimônio Histórico, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fichas cadastrais do Inventário do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico vinculado a História da Saúde no Brasil (IPHAN), e documentos de inventários culturais e urbanos já realizados em cidades brasileiras, realizamos um primeiro roteiro de inventário, experimental, em que elegemos algumas categorias para caracterizarmos e identificarmos referências culturais de bens patrimoniais não operacionais da Rede Ferroviária referenciados aos espaços urbanos de municípios estudados como entes físicos do sistema de informação cadastral. O processo metodológico indica que o programa de inventário cumpra ao menos três etapas iniciais: o plano, o inventário e divulgação-gestão. Em nosso trabalho sugerimos uma metodologia que prioriza esta articulação, criando um sistema de geoinformação para organização da base de dados levantados e a consulta por parte dos órgãos públicos envolvidos na gestão patrimonial, tendo em vista as políticas de destinação e novos usos dessas áreas e bens culturais. Nestes inventários e sistemas de informação propostos, como resultados finais, tomamos a questão da cultura em sua abrangência, buscando identificar o processo de formação das identidades sócio-espaciais. Para isso, combinam-se perspectivas de campos distintos, como a história, a arquitetura, a economia, o urbanismo no processo social de gestão urbana.

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

No Brasil, a malha ferroviária foi criada para atender os interesses de integração territorial . O papel das ferrovias, marcadas por critérios de natureza econômica para a estruturação da economia e da rede urbana do interior paulista, remonta de meados do século XIX, onde se amplia a fronteira agrícola da cultura do café do Estado de São Paulo, visando o desenvolvimento regional e escoamento da produção das fazendas do interior do Estado ao porto de Santos.

A partir de 1867 entra em operação a São Paulo Railway-SPR, a primeira ferrovia paulista ligando o porto de Santos a Jundiaí, sendo nacionalizada em 1947, sob o nome de Estrada de Ferro Santos Jundiaí.
A partir de sua criação, e com a intensificação da produção cafeeira regional, surgem novos ramais ferroviários integrados em todo o interior do território estadual:
a) Cia Estrada de Ferro Sorocabana (1870)
b) Cia Paulista de Estrada de Ferro (1872), unindo a cidade de Jundiaí a Campinas e posteriormente até Araraquara.
c) Cia Mogiana de Estrada de Ferro(1875), ligando Campinas a Ribeirão Preto e posteriormente ao Triângulo Mineiro;
d)Estrada de Ferro São Paulo-Rio(1875), ligando-se a produção cafeeira do Vale do Paraíba, incorporada logo após a Estrada de Ferro Central do Brasil;
e)Estrada de Ferro São Paulo-Minas
e) Estrada de Ferro Araraquarense-EFA(1895), com ligação até São José do Rio Preto, incorporada a Cia Paulista na década de 1920;
f)Estrada de Ferro Noroeste do Brasil(1904), a partir da cidade de Baurú.

A partir de 1971, com exceção da São Paulo-Rio e Noroeste do Brasil, o governo do Estado de São Paulo assume o controle dessas ferrovias que são incorporadas a FEPASA-Ferrovias Paulista SA, e no final da década de 1990, é incorporada ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal-RFFSA.

Com a dissolução da RFFSA, através do Decreto nº 3.277, de 07 de dezembro de 1999, iniciou-se um longo processo de liquidação patrimonial sob responsabilidade de uma Comissão de Liquidação, supervisionada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Esse processo de liquidação implicou na realização de um levantamento dos ativos não-operacionais e no reconhecimento de passivos, especialmente com a questão trabalhista, o que resultou no imperativo legal de alienação de parte dos imóveis para tais despesas.

Não é demasiado mencionar que os ativos operacionais (infra-estrutura, locomotivas, vagões e outros bens vinculados à operação ferroviária) foram arrendados às concessionárias operadoras das ferrovias.

Com a extinção da RFFSA, através de Medida Provisória em 22 de janeiro de 2007[1], os bens imóveis não-operacionais foram transferidos para a União. No entanto, a incorporação do acervo patrimonial imobiliário não-operacional da RFFSA, com aproximadamente 52.000 imóveis, distribuídos em 19 Estados brasileiros, tem gerado grandes desafios para a administração pública federal, em especial para a Secretaria do

[1] Em 31 de maio de 2007 essa MP foi convertida na Lei nº 11.483.

Pluris2010 - Paper em avaliação

Patrimônio da União (SPU), tendo em vista o volume de bens a serem vistoriados, avaliados, regularizados, incorporados e finalmente destinados pelo órgão considerando a vocação específica de cada um deles.

A identificação da vocação específica de cada imóvel – o patrimônio ferroviário ainda encontra-se em processo de inventariança – e, sobretudo, a definição de alguns critérios que permitam propor, ainda que de maneira genérica, o reaproveitamento desses imóveis pelo município visando o desenvolvimento local, se constitui num dos principais objetos de estudo e pesquisa.

A lei responsável pela extinção da RFFSA e pela transferência dos imóveis não-operacionais para a União estabeleceu algumas diretrizes de gestão e destinação desses imóveis, por meio dos instrumentos de venda direta, cessão de uso provisória ou destinação-doação definitiva, considerando :
a) programas de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social;
b) programas de reabilitação de áreas urbanas;
c) sistemas de circulação e transporte;
d)programas de preservação e proteção histórico-artístico-cultural; ou
e)programas de funcionamento de órgãos públicos.

A complexidade do processo de receber e gerir um patrimônio imobiliário dessa magnitude torna premente o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão do patrimônio público, de modo a evitar que esse espólio se torne ocioso por um período muito prolongado, o que poderia onerar a União com os custos de manutenção, bem como torná-la não observadora do princípio basilar da função social da propriedade pública.

Nestes termos, o estudo se justifica na medida em que se propõe colocar em pauta um conjunto de desafios que se apresentaram aos gestores do patrimônio da União com a extinção da antiga RFFSA e sugerir algumas medidas para enfrentamento dessa problemática.

O caráter inovador e a construção de uma metodologia que permita associar a vocação específica de cada imóvel com as possibilidades de reaproveitamento desse imóvel pelo município tende a contribuir com a ampliação e aplicação desta matriz metodológica para um conjunto significativo de imóveis da Rede do Estado de São Paulo conforme Figura 1-Mapa da Rede Paulista.

Todavia, com a clara noção de que a ociosidade da propriedade pública não cumpre a função social e que, portanto, a identificação de usos públicos ou privados de bens culturais para esse patrimônio ferroviário torna-se fundamental, enquanto política pública de redução das desigualdades.

PLURIS2010 - Paper em avaliação

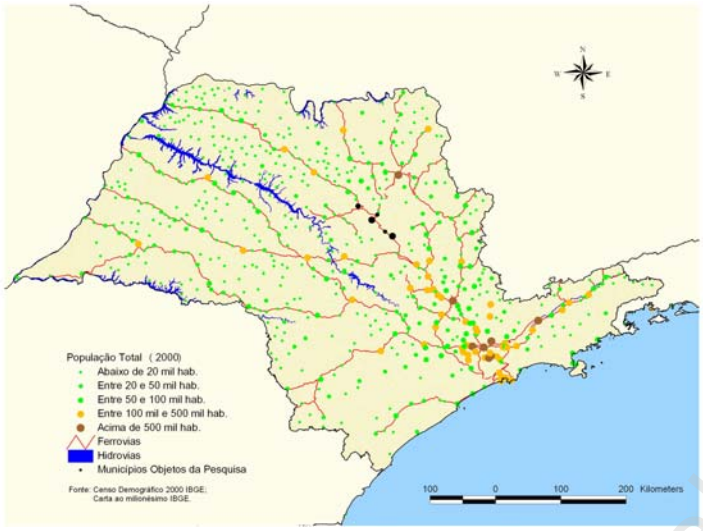

Fig.1 Rede de Cidades Paulistas por porte populacional relacionadas a Rede de Ferrovias e Hidrovias

REFLEXÕES SOBRE O INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS CULTURAIS

O aprofundamento das questões conceituais e construção de linha metodológica para orientar sistemática de inventariança estarão associados a coleta de dados a serem efetuados em campo por meio da seleção criteriosa de cidades, tipos de imóveis e ramais ferroviários objeto da pesquisa.

Além do trabalho sistemático do grupo de pesquisa, propõe-se a construção de espaço de reflexão sobre as questões pertinentes ao processo de inventariança de bens culturais, em que reuniremos contribuições e informações da área de patrimônio envolvidos diretamente em pesquisas e processos de montagem de inventário, em períodos recentes. Estarão sendo fomentadas a participação de agentes os quais tem avançado na criação dos procedimentos de levantamento e identificação de nosso patrimônio.

A partir das primeiras análises de metodologias de inventários já reconhecidas no âmbito institucional do Patrimônio Histórico, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG, 2000), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), fichas cadastrais do Inventário do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico vinculado a História da Saúde no Brasil (IPHAN), e documentos de inventários culturais e urbanos já realizados em cidades brasileiras, realizamos de forma experimental, um primeiro *roteiro de inventário* dos imóveis ferroviários, em que elegemos categorias para caracterizarmos e identificarmos referencias culturais de bens patrimoniais e espaços urbanos.

Desenvolvemos algumas percepções iniciais quanto ao tipo de ficha e categorizações dos manuais, segundo orientações verificadas nos inventários realizados. Percebemos haver fichas de roteiro de inventário específicas para cada área de bens inventariados e critérios diferenciados no modo de realizar o levantamento de dados: saúde, arquitetura, lugares, formas de expressão, ofícios e modos de fazer e celebrações (Arouca, 2004). O que pretendemos intensificar em nossas análises é estabelecer formas de relacionar os indicadores selecionados e levantados.

PLURIS 2010 - Paper em avaliação

Identificamos semelhanças nas metodologias para caracterização das áreas, edificações, expressões culturais, nas metodologias e referenciais bibliográficos consultados, fruto de processos diferenciados de análise e escolha de via conceitual, por região e estágio das discussões. Também consideramos a diversidade de significados que cada edifício e espaços contém, pelo valor cultural já analisado, pelo seu estado de conservação e sua inserção na cidade, sendo que as informações apresentarão fontes e tipificações muito variadas. Portanto não há limite para coleta de informações, considerando ainda o processo aberto, contínuo e dinâmico para definição de um valor cultural, resultando em consulta de diversas fontes de documentação.

Também sugerir que o *programa de inventário* cumpra três etapas iniciais: *o plano, o inventário* e *divulgação*(IEPHA,1985), estruturados em uma metodologia que considere essas etapas, com base em um sistema de geoinformação de bens culturais para organização dos dados levantados e consulta por parte dos órgãos envolvidos na pesquisa e destinação das áreas patrimoniais.

A partir da leitura, análise e fundamentação conceitual de metodologias e roteiros de inventários, seguem alguns procedimentos referenciais:

1.Aliar questões urbanísticas, arquitetônicas, históricas, artísticas, sociais, econômicas na definição de índices para levantamentos e realização de inventários, de forma a orientar e formar um olhar qualificado, sensível às questões patrimoniais da cultura e da cidade;
2.Pesquisar documentação em acervos das cidades e municípios indicados na pesquisa mas também em instituições do campo cultural que desenvolva pesquisa dinâmica, para que a documentação para consulta reflita orientações de políticas atuais e urbanísticas, já que muitas das discussões desta área são recentes.
3.Pesquisar instrumentos de proteção ao patrimônio histórico e analisar formas de aplicação bem como discussão atual sobre sua propriedade para os contextos atuais;
4.Pensamos que os índices urbanísticos e socioeconômicos deverão ser desenvolvidos no *roteiro de inventário*, mas já há estes elementos categorizados em vários roteiros analisados, que anunciam novas formulações de tópicos para inventário;
5.Os índices socioeconômicos, embora ainda não constem da primeira formulação do roteiro de inventário de forma detalhada, serão definidos levando-se em conta estudo realizado nesta primeira etapa pelo grupo de pesquisa que resultou em perfil socioeconômico dos programas e atividades culturais das cidades-região;
6.Realizar o *levantamento bibliográfico* a partir de referências fundamentais sobre o papel do Inventário e suas metodologias, bem como sobre formatações singulares nos contextos e períodos e participação das Instituições no processo de conservação e preservação de bens patrimoniais.

O INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS

O Inventário é um programa de pesquisa dinâmico e sistemático de conhecimento identificação e caracterização das diversas manifestações, expressões e realizações culturais, nas esferas municipais, estaduais e federais. Propõe-se a identificar, documentar e registrar sistematicamente *os bens culturais expressivos da diversidade cultural no território paulista e cidades em estudo.*

O *Inventário* é instrumento que tem como proposta a apreensão dos valores do patrimônio urbano, patrimônio cultural, patrimônio artístico, patrimônio ambiental, e tantos outros.

PLURIS 2010 - Paper em avaliação

Em uma visão contemporânea a paisagem onde se inserem e o processo de formação de identidades sócio-espaciais são aspectos básicos a serem categorizadas no *roteiro de inventário*. Configura-se a partir de certas diretrizes, como por exemplo, articular a preservação do patrimônio às demandas por desenvolvimento sócio-econômico de um território, ou fornecer subsídios básicos de informação para análise e avaliação das áreas patrimoniais e edificações da RFFSA a serem destinadas para novos usos.

O Inventário assumirá necessariamente uma *via conceitual* sobre patrimônio e suas relações com os diversos campos – artísticos, arquitetônicos, culturais, urbanos, sociais – priorizando certos campos e investigando suas relações em cada contexto estudado.

A construção de uma *metodologia do inventário* refletirá a compreensão das cidades paulistas selecionadas. Por exemplo, no caso de Belo Horizonte e Betim/MG, adotam-se conceitos contemporâneos como "patrimônio ambiental urbano", em que vemos prioritariamente a aproximação de dois campos - o do patrimônio e o do planejamento urbano (Castriota, 1999). Na configuração deste Inventário, o IPUC-Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim, a partir das múltiplas perspectivas da história, da arquitetura e do urbanismo e das ciências sociais, preocuparam-se em identificar o processo de formação de identidades sócio-espaciais, eleito como etapa de primeira ordem para construção de um plano de reabilitação urbana integrada para a cidade (Rugani e Castriota, 1998).

Caracterização e *identificação* dos espaços que se constituem como foco do processo de inventariança, são os passos fundamentais, e entre as várias categorias, índices, itens, possíveis de comporem o ***roteiro de inventário***, poderão comparecer: definição do tipo de centralidade, origens, citação dos bens conservados e conjuntos da arquitetura, apontamento de períodos (eclético, art-déco, moderno), instrumentos legais de preservação utilizados para as edificações, edificações representativas de épocas mais próximas, caracterização do estado de conservação dos bens (prejuízos e os riscos de depreciação), caracterização socioeconômica.

Cabe ressaltar que as abordagens com que são realizados os inventários hoje representam um avanço com relação ao inventários anteriores. Exemplo disto é o IGEPAC-Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo (PMSP-SMC,1987) que privilegia a visão do conjunto urbano e utiliza instrumentos tradicionais de inventarios. Enfatiza aspectos históricos, sócio-culturais e urbanísticos das áreas inventariadas, por meio de análise do processo de ocupação do bairro e identificação de grupos sociais neste processo, mas não se detém nas formas de apropriação dos espaços e territórios.

O inventário, ao adotar estas perspectivas, avança e deixa de ser pensado como mero registro que antecede a proteção legal de tombamento. Ganha uma perspectiva política: "participar nas políticas e planos de desenvolvimento urbano, no que diz respeito às áreas a serem preservadas e outras sujeitas à renovação urbana".

Segundo uma perspectiva atual a qual se refere FONSECA(1997) , a história das cidades é apreendida de forma abrangente em que o foco é todo o "trabalho humano sobre o ambiente" , que possui uma dinâmica urbana de transformação continua. Na Carta de Ouro Preto, de 1992, encontramos abordagem semelhante e a idéia de patrimônio é apresentada também com foco ampliado: "deve superar a abordagem histórico-estilística e

PLURIS2010 - Paper em avaliação

ser trabalhada dentro de uma concepção que integre as questões sócio-econômicas, técnicas, estéticas e ambientais".

Nesta concepção de patrimônio, com viés ambiental, a cidade, comparece como estrutura complexa onde se articulam, a geografia natural e produzida, a história, a cultura e a economia, representações com dimensões materiais e imateriais.

As categorias eleitas para elaboração de um inventário, como a infra-estrutura, caracterização das edificações, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico, o perfil socioeconômico, e a própria paisagem natural comparecem como variáveis diretamente relacionadas e interdependentes. A ídéia de excepcionalidade do monumento único é superada.

Nestes inventários estudados, mesmo que de forma breve, vemos a questão da cultura em toda sua abrangência, buscando identificar o processo de formação das identidades sócio-espaciais. Para isso, combinam-se perspectivas de campos distintos: a história, a arquitetura, a economia, o urbanismo e o urbano.

INVENTÁRIO CULTURAL DOS BENS PATRIMONIAIS DA RFFSA

1. PROGRAMA DE INVENTÁRIO

O Programa de Inventário contará com ações complementares que visam o conhecimento e o acesso a informações sobre o patrimônio cultural: o incentivo aos municípios e cidades objeto de estudo, à elaboração dos seus inventários; a disponibilização de um sistema de cadastro e consulta de Bens Culturais por meio do sistema de geoinformação, como um dos produtos deste processo, para consulta e gestão permanente da Secretaria do Patrimônio da União e demais instituições envolvidas na análise e destinação dos bens patrimoniais da RFFSA.

São várias as metas as quais justificam a construção de tais instrumentos de pesquisa:

- a proteção do acervo cultural;
- a identificação dos bens culturais de natureza material e imaterial, no caso da pesquisa em curso, a identificação das áreas e edificações da Secretaria de Patrimônio da União;
- organização de um banco de informações que revelará o patrimônio cultural e a evolução da ocupação das áreas em estudo nas cidades;
- construir instrumentos para viabilizar a identificação de toda a forma de expressão cultural, materiais e imateriais;
- fornecer embasamento para construção de políticas públicas locais e regionais, em consonância com legislação já existente e princípios construídos nas cartas patrimoniais;
- criar suporte técnico e informacional para novas propostas de gestão para os órgãos atuantes na área patrimonial bem como os que tem a propriedade de bens que apresentam perfil para novos usos;

2. PLANO DE INVENTÁRIO

O *plano de inventário* é fundamental pois definirá resultados a serem obtidos, critérios de identificação com especificidades para patrimônio ferroviário e indicação das áreas e bens a serem inventariados, orientações acompanhadas de um *cronograma*. Caberá ao Poder

PLURIS2010 - Paper em avaliação

Executivo do município inserir-se no processo de inventariança, juntamente com SPU, IPHAN, e demais órgãos das esferas públicas, elaborando cronograma indicando os tempos em que serão efetivados os trabalhos e seguir indicações do roteiro de inventário de forma minuciosa, pois ali estarão contidos princípios da legislação, das cartas patrimoniais e orientações extraídas de metodologias já existentes. O cronograma deverá servir como referência para acompanhamento dos municípios de todo o processo de trabalho subsequente ao Plano de Inventário.

A metodologia do Inventário a ser adotada deverá passar por fases consecutivas, basicamente: identificação dos bens culturais, cadastro e atualização dos dados pesquisados e arquivamento de documentos de pesquisa. O instrumento em análise, o programa de inventário, é motivo de investigação e análise, em que pretende-se delinear metas que justifiquem e subsidiem a adoção do método de inventariança para a SPU e demais agentes envolvidos.

A etapa final, de divulgação, etapa fundamental para a validação do trabalho, possibilitará a veiculação das informações sobre o acervo cultural, no caso, patrimônio ferroviário, junto ao poder público e sociedade civil, contendo diversos tipos de informação e sistematização de categorias para descrição dos bens (caracterização dos imóveis e especificidades de seu valor patrimonial, indicação de publicações com estudos sobre as áreas em estudo, projetos de educação patrimonial, indicação de legislação, imagens, mapas, vídeos, áudio, exposições, etc.).

O roteiro de preenchimento de inventário poderá ser elaborado a partir de definições da logística de pesquisa de campo com órgãos envolvidos, apresentando orientações para o preenchimento das fichas de cadastro dos bens culturais.

Este documento que tem por função o levantamento minucioso e abrangente de bens e valores, por meio de categorias e organização sistemática de dados, segundo conceituação e referencial construídos pelo grupo de pesquisa, não tem como objetivo limitar possibilidades de análise do bem patrimonial. Pelo contrário, nos estudos em desenvolvimento são previstas novas possibilidades de formatos de campos de preenchimento para coleta de informações, em que os critérios possibilitem atingir atores sociais e organizações de origens diversas que tenham informações e contribuições singulares a respeito dos bens patrimoniais em questão.

Pretende-se que novos campos de informação nos roteiros de preenchimento de inventário, característica presente desde os anos 80 na elaboração dos roteiros de patrimônio, possam contribuir com os futuros programas de inventariança dos Imóveis Oriundos da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. Teremos então, segundo a tipologia do bem patrimonial, se material ou imaterial, roteiros de cadastro patrimonial com perfis singulares, ampliando categorias de análise do valor histórico - urbanísticas, socioeconômicas, arquitetônicas, artísticas - e tantas outras possíveis categorias que evidenciem significações e referências culturais como evidenciem relações que as áreas em estudo possam ter com a cidade.

Estas variáveis elaboradas a partir da leitura das categorias elencadas na pesquisa Inventário do Patrimônio Arquitetônico , Urbanístico e Paisagístico vinculado a História da Saúde no Brasil(OLIVEIRA, 2007) apresentam-se descritas em detalhes nas listagens do banco de dados do sistema de informações georreferenciadas do projeto com as

PLURIS2010 - Paper em avaliação

respectivas fontes e descrição do dados, e estão apresentadas na Matriz Conceitual no Quadro abaixo

Quadro 1: Quadro Referencial do Inventário e Base de Dados Culturais e Urbanísticos dos Imóveis da RFFSA

DIMENSÕES DE DESTINAÇÃO

SOCIAL : saúde, educação e inclusão social
ECONÔMICA : renda e emprego, agricultura familiar, micro e pequenas empresas, economia solidária
AMBIENTAL URBANA : moradia, transporte e equipamentos urbanos
CULTURAL : patrimônio histórico-arquitetônico, urbanístico e paisagístico
INSTITUCIONAL : governança e governabilidade
CRITÉRIOS DE DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO : CONHECER – INVENTARIAR – REGISTRAR – ANALISAR-DISPONIBILIZAR-DESTINAR

Base de Dados Cadastrais de Bens Culturais

1. Imóvel Tombado (sim/não)
2. No. Inscrição, Processo , Data
3. Instrumento de Proteção(IPHAN, CONDEPHAT, Órgão Mun.)
4. Uso Atual
5. Benfeitorias Realizadas
6. Narrativa Funcional-Construtiva dos Elementos : espaços, fachada, estilo, sistema construtivo, plantas, fotos, nome autores do projeto e obra, etc.
7. Análise e Descrição das Intervenções Realizadas (ano e tipo)
8. Descrição do entorno e ambiência urbana: referências urbanísticas e paisagísticas
9. Bens Materiais Existentes na Edificação: elementos internos e mobiliário
10. Datas de Construção , Restauro e Reformas
11. Estado de Conservação (bom, regular, ruim)
12. Tipo de Atividades e Eventos Realizados no Local
13. Tipo de Usuários (Freqüentadores)
14. Registro de Documentos Históricos
15. Registros de Iconografias

Base de Dados Cadastrais de Políticas Públicas Municipais

1.Instrumentos Urbanísticos Gestão Plena dos Bens Patrimoniais da RFFSA

Plano Diretor	Direito de Superficie
LUOS-Lei de Zoneamento, Uso e Parcelamento do Solo	Outorga Onerosa Direito de Construir
Plano Plurianual	Transferência do Direito de Construir
Gestão Orçamentária Participativa	ZEIS-Zonas Especiais de Interesse Social
Zoneamento Ambiental	Operações Urbanas
Parcelamento, Edif icação e Utilização Compulsória	Consórcio Imobiliário
IPTU progressivo	EIA-RIMA
IPTU regressivo (tombamento-preservação)	EIV –RIV
Desapropriação Titulo Dívida Pública	Unidades de Conservação
Preempção	Direito de Superficie

2. AEI-Áreas Especiais de Interesse
AEIU (Urbanístico)
AEIS (Social-Moradia)
AEIA (Ambiental)
AEIC (Cultural e Histórico)
AEII (Institucional-Equipamentos Urbanos)

3. Sistema e Instrumentos de Gestão Plena e Planejamento de Bens Patrimoniais

Conselho Cidade	Conferência	Fundo
Condema	Conferência	Fundo
Conselho Cultura	Conferência	Fundo
ConselhoOrçamento	Conferência	Fundo
Outros	Conferência	Fundo

4. Programas e Projetos Estratégicos Municipais
Plano Diretor Municipal
LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias
PPA-Plano Pluri Anual

Durante a coleta das informações na fase experimental do projeto, será testada a funcionalidade do conjunto de variáveis proposto, tendo em vista a complexidade de tipos e situações que caracterizam o patrimônio em tela.

Pluris2010 - Paper em avaliação

Em reuniões técnicas realizadas com servidores da Inventariança da extinta RFFSA e da GRPU-SP, para apropriar conhecimento sobre o conjunto de imóveis e utilização, conclui-se que:
a)Não há padrões definidos de uso e ocupação do solo.
b)Há variações tipológicas de edificações, podendo ser estações, moradias, pequenas construções de serviços, galpões, ou armazéns.
c)Há diferenças nas formas de articulações do imóvel com o entorno, podendo este estar na zona rural ou urbana, em áreas centrais ou periféricas, ou mesmo em sedes de município ou em distritos e ainda, estar em ambiência com predominância de diferentes usos, ou áreas homogêneas.
d)Ocupações irregulares ocorrem por meio de assentamentos precários ou por famílias em situação de vulnerabilidade, caracterizando um conjunto de casas unifamiliares ou mesmo uma favela.
e)Inúmeros imóveis possuem relevante valor histórico, artístico e cultural, que é uma das principais características do patrimônio ferroviário no Estado de São Paulo, e encontram-se sob diferentes formas de preservação e estágios de conservação.

A coleta de dados será realizada especialmente no acervo de dados da RFFSA e cidades, e para tal propõe-se a digitalização das plantas do levantamento aereofotogramétrico dos municípios onde se encontram os imóveis selecionados para a pesquisa. Além disto, adotar-se-á o registro visual por meio de fotografias, de documentos cartorários e das fichas cadastrais das edificações constantes dos Cadernos de Avaliação das Edificações da Malha Paulista, ou ainda quando necessário, registro oral por meio de gravações de leitura de documentos.

Além desta base de dados sobre os imóveis - terreno e edificação, outras variáveis serão alçadas com a finalidade de definir vocações para eles, relacionadas aos municípios em que se localizam, a rede urbana e as políticas públicas, de onde decorrerão demandas de uso para este patrimônio imobiliário público, e que são parte constituinte da matriz conceitual proposta.

3. PRÁTICAS DE GESTÃO E DESTINAÇÃO DE BENS CULTURAIS DA RFFSA NAS CIDADES DE ARARAQUARA E SÃO CARLOS

O sistema de base de dados e geoinformação em fase de elaboração e desenvolvimento, é meio importante para organizar e estruturar os dados levantados e produzidos para disponibilização e comunicação com os gestores públicos e a sociedade.

Propõe-se diferentes aplicações de recursos de aplicativos de geoprocessamento na gestão do patrimônio ferroviário: construção de base de dados e o sistema de informação geográfica, criação de mapas temáticos ou mosaicos, possibilidade de rea.ização de análises e avaliações para gestão e destinação.

O trabalho também prevê o desenvolvimento de roteiro metodológico de aplicação de recursos de geoprocessamento na gestão do patrimônio ferroviário, por meio de aplicativos de gestão de documentação eletrônica, assim como a possibilidade de estudo de navegação virtual e mapas mosaicos do IBGE. Propõe-se possibilitar ampla análise do território enfocado, com incorporação dos estudos de planejamento e gestão.

PLURIS2010 - Paper em avaliação

O Plano Diretor de São Carlos como processo de elaboração participativa iniciado em março de 2001, foi aprovado e instituído pela Lei Complementar No. 13691 de 25 de novembro de 2005, em fase atual de implementação e regulamentação. Embora não tenha dedicado uma seção específica e com maior detalhamento às diretrizes e projetos estratégicos de produção da cidade, por meio dos instrumentos urbanísticos previstos em seu artigo 13, especialmente o mapeamento estratégico das Áreas de Especiais de Interesse, vêm aliando as suas diretrizes gerais do plano à política de regularização do patrimônio público , tendo realizado, apresentado e implementado projetos estratégicos mediante cessão de uso de alguns imóveis não operacionais da RFFSA-SPU ainda não destinados e transferidos ao Município, conforme figura 2 e 3.

O Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana Ambiental de Araraquara, resultado de um processo de elaboração democrática e participativa desde março de 2001, foi concluído e aprovado pela Lei Complementar No.350 de 27 de dezembro de 2005, estando em fase de implementação de suas diretrizes, estratégias, programas e projetos.

Considerando os aspectos e princípios abordados, procura introduzir alguns instrumentos urbanísticos inovadores para a implementação de planos de ação, projetos estratégicos e gestão do planejamento, que podem contribuir para a incorporação e regularização do patrimônio imobiliário ferroviário, em especial o Projeto Corredor de Urbanidade da Orla Ferroviária de Araraquara:

1. Introduz a estrutura temática e organizativa de diretrizes, projetos e ações estratégicas, considerando as dimensões sociais, econômicas, espaciais, ambientais e institucionais do desenvolvimento urbano sustentável;

2. Introduz os MAPES - Mapas Estratégicos, salientando a indissociabilidade entre plano-projeto, associado às dimensões de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente os mapas de produção da cidade, com projetos estratégicos na área econômica, social(moradia), cultura , ambiental e mobilidade, conforme figuras 4 e 5 .

Fig.2–Galpão da RFFSA, atual Centro de Eventos de São Carlos
Fig3- Estação Ferroviária, atual Arquivo Histórico e Fundação Pró-Memória-São Carlos

Relatório - Paper em avaliação

Fig.4- CEAR- Galpões da FEPASA-RFFSA, atual Centro de Eventos de Araraquara

Fig.5-Estação e Galpão, atual Museu Ferroviário e Escola Municipal de Dança, projeto social premiado.

Assim, com o levantamento e implementação dos planos e projetos nestas duas cidades da Região Central Paulista, integrantes da rede de Municípios a serem estudados, a política fundiária pública pode garantir um maior equilíbrio necessário nas relações do Estado e sociedade civil, e introduzir o aperfeiçoamento da gestão do patrimônio imobiliário público, fundamentando-se em processos participativos e políticas de destinação com o cumprimento da função social da propriedade, e na criação de instrumentos de controle sobre a destinação e uso desses bens patrimoniais da RFFSA.

REFERÊNCIAS

Arantes Neto, A. Augusto(2000) **INRC-Inventário Nacional de Referências Culturais-Manual de Aplicação**, Ministério da Cultura, IPHAN-Instituto Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional, Brasília.

Belas, Carla Arouca(2004). **INRC-INVENTARIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS, ASPECTOS LEGAIS**, RELAÇÃO COM LEGISLAÇÕES NACIONAIS E ACORDOS INTERNACIONAIS, IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Belém.

Castriota, Leonardo Barci(1999). Alternativas contemporâneas para políticas de patrimônio. **TOPOS - Revista de Arquitetura e Urbanismo**. 1(1),

Falcoski, Luiz A.N. (2008) Inventário e Diagnóstico dos Bens Não Operacionais da RFFSA-SPU na Rede de Cidades Paulistas e Diretrizes de Gestão Patrimonial. Projeto de Pesquisa FAPESP-Programa de Políticas Públicas, UFSCar, São Carlos

Fonseca, Maria Cecília Londres (1997) **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. UFRJ/Iphan, Rio de Janeiro.

Oliveira, Benedito T. (2007) **Inventário do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico vinculado a História da Saúde no Brasil**, Ministério da Saúde, CGDI-Coordenação Gerla de Documentação e Informação, Brasília.

Prefeitura Municipal de São Paulo (1987) **IGEPAC-Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo**, Secretaria Municipal de Cultura-Departamento de Patrimônio Histórico, São Paulo.

Prefeitura Municipal de Araraquara(2005) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental- Lei No.350.Araraquara.

Prefeitura Municipal de São Carlos(2005) Plano Diretor Municipal. Lei No.13691, São Carlos

RUGANI, Jurema. CASTRIOTA, Leonardo(1998). **Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Betim**, IPUC-Betim. Convênio FUNARBE / UFMG / NEAD.Belo Horizonte, p.6-9.

PLURIS 2010 - Paper em avaliação